



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 13/2017.

TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 13/2017

PROCESSO SEI N. [0004488-77.2016.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2017

**SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA TF
ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO
LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE
PEÇAS (MEDIANTE RESSARCIMENTO),
DO SISTEMA ELÉTRICO DE
ELEMENTOS INSTALADOS NOS
EDIFÍCIOS SEDE DO TRE-RO, NO
FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL E NO
ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS
DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 274.136 – SSP/DF e CPF nº. 059.977.471-15, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.972.729/0001-25, com sede no Qd 101, Rua das Figueiras, Lote 07, sala 402 - Águas Claras, Brasília - DF, CEP: 71.906-750, Telefone: (61) 3542-4940, Email: adm@tfengenharia.com, neste ato representada pela Senhor **PAULO TANAKA NETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n. MT468600157 MT/MG, e CPF n. 075.512.596-78, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na DECISÃO n. 466/2019-PRES, de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18/09/2019, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 13/2017 (evento [0232649](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses a partir de 21/10/2019, com prazo final em 20/10/2021.

Subcláusula Única - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste aditivo é de **R\$ 633.491,60** (seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e noventa e um reais e sessenta centavos).

VALOR	
Mensal	R\$ 26.395,48
Anual	R\$ 316.745,80
TOTAL 24 meses	R\$ 633.491,60

ONTE: Manifestação n. 1218/2019/SEMAP (evento [0439035](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – As despesas com a execução do presente termo aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral – Programa de Trabalho 02122057020GP0011 e Elemento de Despesa 33.90.39.16, consoante Nota de Empenho n. 2019NE000703, de 19/09/2019, a ser reforçada para o exercício vindouro, caso necessário.

Subcláusula Segunda - O valor total estimado atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ **316.745,80**.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Aditivo, renovação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 31.674,58** (trinta e um mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

Subcláusula Única – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Sexta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Segunda do Contrato originário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 24 de setembro de 2019.

Desembargador SANSÃO SALDANHA Pelo Contratante	PAULO TANAKA NETO Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO I DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 13/2017**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato 13/2017, assinado em 20/10/2017 – Volume IX do PA (evento n. 0232649). Vigência por 12 meses, a contar da data de assinatura. Valor: R\$ 304.000,00 (Garantia: R\$ 15.200,00)	R\$ 304.000,00	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 16/10/2018 – Volume XII do PA (evento n. 0346595). Prorrogação por mais 12 meses, a partir de 21/10/2018, com prazo final em 20/10/2019. Valor: R\$ 304.000,00 (Garantia: R\$ 15.200,00)	R\$ 304.000,00	-
Apostila n. 01, assinada em 13/02/2019 – Volume XIV do PA (evento n. 0391491). Reajuste de 4,1927%, a contar de 02/08/2018. Valor: R\$ 12.745,80	R\$ 12.745,80	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Garantia: R\$ 637,29)		
Termo Aditivo n. 02, assinado em ____/09/2019 – Volume XV do PA (evento n. 0458825). Prorrogação por mais 24 meses, a partir de 21/10/2019, com prazo final em 20/10/2021. Valor: R\$ 633.491,60 (Garantia: R\$ 31.674,58)	R\$ 633.491,60	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS, REDUÇÕES E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário.	R\$ 316.745,80
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO EM CADA ÉPOCA – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **PAULO TANAKA NETO**, Usuário **Externo**, em 24/09/2019, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA**, **Presidente**, em 25/09/2019, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico **Judiciário**, em 26/09/2019, às 08:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/09/2019, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0458825** e o código CRC **E9252351**.

0004488-77.2016.6.22.8000

0458825v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 24/09/2019 07:54:17.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0004488-77.2016.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Análise de possibilidade de prorrogação – Contrato 13/2017/TRE/RO – Contratada: TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA.

PARECER JURÍDICO Nº 0441704 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 23.972.729/0001-25, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema elétrico de média tensão instalados nos prédios Edifício-sede, Anexo I e Anexo II do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/10/2017, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 13/2017/TRE/RO (0232649)**. Devido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à dilação de sua vigência para **20/10/2019**, o ajuste está atualmente em execução, conforme comprovado pelo Termo Aditivo nº 01 ([0346595](#)).

02. O interesse da prorrogação veio aos autos por meio da Manifestação nº 1218/2019 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0439035](#)), na qual o chefe da Seção de Manutenção Predial – SEMAP noticiou a proximidade do término da vigência do Contrato supramencionado e o interesse da Administração de manter a contratação em comento.

03. A unidade gestora comunicou a impossibilidade de comparação do valor do atual do Ajuste com os praticados no mercado, porque a pesquisa de mercado restou infrutífera. Por fim, **manifestou pela prorrogação** da vigência contratual **por mais 24 meses**, pois, entre os motivos, o caso em tela é relevante, requer celeridade e uma nova licitação para contratação desse mesmo objeto seria oneroso para este Regional; por fim, caso seja efetivada a dilação pretendida, solicita análise do reajuste em momento oportuno, haja vista que não há índice acumulado anual para o mês de agosto/2019.

04. A Secretária, em substituição, da SAOFC recebeu o pleito em questão e determinou a informação da disponibilidade orçamentária para o custeio da prorrogação, a elaboração da Minuta do Termo Aditivo e sua respectiva análise por esta Assessoria Jurídica.

05. Após remessa da COFC ([0439789](#)) solicitando informação sobre o montante a ser reservado orçamentariamente para o exercício 2019, a Secretária, em substituição, da SAOFC apresentou os seguintes valores: saldo residual empenhado de R\$ 109.986,61 (cento e nove mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos) e valor para programação orçamentária de R\$ 36.791,09 (trinta e seis mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos).

06. Registra-se que a contratada se manifestou **favoravelmente à prorrogação do contrato** de acordo com a CE – 017/2019 ([0437166](#)).

07. Juntou-se aos autos a Programação Orçamentaria ([0440411](#)) e a minuta do Termo Aditivo [0440511](#). Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, conforme remessa SECONT [0440518](#). **É o necessário relato.**

II – DA PRORROGAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Conforme relatado na Manifestação nº 1218/2019 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0439035](#)), o chefe da SEMAP registrou a necessidade de prorrogação, por mais 24 meses, do contrato de prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico de média tensão instalados nos prédios do TRE-RO, na capital. Depreende-se não haver óbices à pretensão da Administração.

09. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

10. O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à integridade dos imóveis deste Regional. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772).

11. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de 20/10/2017, com prazo de duração de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela segunda vez à conveniência da Administração, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

12. No tocante à necessidade de prorrogação por períodos iguais, o doutrinador Marçal Justen Filho (2010, p. 730) indica a falta de razoabilidade em interpretar o dispositivo em questão literalmente, *in verbis*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original?
A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for “simpático”. Mais ainda, reputar que as renovações deveriam ter necessariamente a mesma duração prevista para o período inicial do contrato equivale a privilegiar o método de interpretação literal (gramatical). Não é possível localizar uma única razão lógico-jurídica para essa solução. Mais ainda, essa solução hermenêutica pode gerar dificuldades insuperáveis, sem trazer qualquer benefício para o cumprimento por parte do Estado de suas funções. Um exemplo simples permite compreender a questão. Suponha-se um contrato, sujeitável ao art. 57, II, que seja pactuado no mês de outubro. Admitindo-se a regra da impossibilidade de contratação além da vigência do crédito orçamentário a que se subordinar, a contratação teria de fazer-se por três meses. Aplicar literalmente o art. 57, II, conduziria ao dever de a Administração produzir sucessivas renovações a cada três meses. Isso não traria benefício algum para as partes, apenas problemas. Ora, qual o impedimento lógico-jurídico a que a Administração contrate por três meses e, no início do exercício orçamentário posterior, promova a renovação por doze meses? Nenhum princípio ou dispositivo legal seria sacrificado. O único obstáculo é o teor literal do art. 57, II. Lembre-se, no entanto, que esse dispositivo teve a sua redação sucessivamente alterada e sua consolidação ocorreu antes da LRF. Portanto, o princípio da razoabilidade conduz à admissão de renovações por período superior ou inferior ao inicialmente pactuado, especialmente tendo em vista as limitações do exercício orçamentário¹ (sem grifos no original)

13. Tal posicionamento também consta na decisão do TCU, no Acórdão n. 551/2002 – Segunda Câmara:

9. Cabe asseverar, contrariando o entendimento contido na instrução, que a tese defendida por esta Corte de Contas e pela doutrina reinante sobre a matéria é que, **na renovação, não fica a entidade obrigada a respeitar o mesmo prazo da contratação original.** Pois, mesmo que o texto da norma aluda a “iguais períodos” a leitura muito restrita da norma traria um engessamento para o administrador, o que não era o objetivo do legislador. **Se é possível prorrogar por 60 meses, não seria razoável subordinar a administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência, seguindo o prazo inicialmente avençado no contrato.** Então, nesse aspecto, não haveria qualquer irregularidade na prorrogação por mais 24 meses do contrato inicialmente avençado, com prazo de 36 meses. (sem grifo no original)

14. Nesse mesmo sentido, são os Acórdão n. 1191/2005-Plenário e Acórdão 838/2004-Plenário. Ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem observar a conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial.

15. Em arremate, vale mencionar a Orientação Normativa AGU n. 38/2011:

NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE. (sem grifo no original)

16. Por conseguinte, é pacífico que a prorrogação do contrato pode ocorrer por períodos diversos do originariamente avençado. E, como se observa, no caso em tela, a unidade gestora atesta que a prorrogação pretendida atende perfeitamente às necessidades deste Tribunal, haja vista que a prestação do serviço é desempenhada de forma regular, conforme Manifestação juntada no evento [0439035](#). Portanto, embora haja essa diferença no período de prorrogação solicitado, infere-se que não há regularidade jurídica neste aspecto.

17. Ademais, verifica-se que o **limite de 60 (sessenta) meses**, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **não foi superado**, pois se trata da segunda prorrogação do Contrato n. 13/2017, perfazendo um **ínterim de 48 (quarenta e oito) meses**.

18. O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosos para a Administração**. Neste aspecto, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

19. Quanto à compatibilidade do preço praticado no Contrato em exame com o de mercado, a unidade técnica não teve êxito na busca de um preço de referência, *in verbis*:

14. A unidade gestora procurou demonstrar viabilidade econômica em pesquisa ao mercado local, conforme e-mail [0437168](#) e formulário de resposta [0439032](#). Porém, esta medida foi fracassada.

15. Por possuir boa estimativa de preços esta contratação e sendo utilizado o IPCA como índice referencial, podemos concluir que esta é uma alternativa vantajosa para a APU.

(...)

c) Que a Administração não colaborou para que as informações fossem fracassadas;

20. Sobre o tema, vide as considerações de Gabriela Verona Pércio feitas no livro Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais (p.108-110):

De acordo com o inc. II do art. 57, a prorrogação do contrato deve ocorrer “*com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração*”. Como se observa, **a existência de vantagem é uma condição legalmente imposta à prorrogação contratual**, cuja ausência acarretará sua invalidade. Assim, o processo de prorrogação de um contrato envolve, essencialmente, a demonstração objetiva de que a manutenção da avença é a **melhor opção** para a administração,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

afastando o dever de licitar. Em qualquer caso, a economicidade é elemento cogente, sendo ilegal e imoral a existência de contrato administrativo antieconômico.

A norma impõe ao gestor do contrato uma conduta proativa, em busca da negociação por vantagens que tornem mais atrativa a manutenção do ajuste. A realidade do mercado e os contratos firmados por outros órgãos e entidades para o mesmo objeto devem nortear a atuação do gestor, que ocupará posição privilegiada na negociação, já que a Administração é detentora do poder de definir se o contrato será ou não prorrogado. É indispensável pesquisar e compara preços e demais condições ofertadas pelo mercado. **Não havendo êxito na negociação, a prorrogação dependerá da demonstração da conveniência e da oportunidade na continuidade do contrato nos termos em que se encontrar.**

(...)

É certo que a **ponderação de conveniência e oportunidade realizada no momento da prorrogação levará em conta outros fatores**, como o próprio risco de licitar e contratar empresa que venha a desempenhar tão bem o objeto do contrato, o que representará prejuízo muito maior do que a manutenção de um contrato que não seja o menor preço do mercado. Por isso, não há, propriamente, o dever de deixar de prorrogar caso a Administração se depare com preços menores, ressalvado se o valor contratado se mostrar excessivo diante da média de preços obtida na pesquisa.

(...)

Por fim, a vantagem da prorrogação da vigência **não se caracteriza, apenas e tão somente, com a vantagem econômica fundamental que o contrato esteja sendo executado a contento, de forma eficiente e eficaz**. Desse modo, a correta anotação das falhas pelo fiscal do contrato, mesmo as de menor gravidade ou que gerem problemas apenas temporários, é imprescindível para qualquer conclusão. Com base em tais anotações, o gestor do contrato produzirá o relatório que conterá recomendações que embasarão a decisão da autoridade superior de prorrogar ou não o ajuste. (sem grifo no original)

21. Infere-se da leitura deste excerto que a Administração poderá manter um contrato mesmo se o seu valor esteja superior ao do mercado, basta para tanto demonstrar a conveniência e a oportunidade, por meio dos demais aspectos da vantajosidade (por exemplo: técnico e qualidade do serviço). Isso demonstra a relativização da vantajosidade econômica prevista como requisito legal para a prorrogação de contratos administrativos.

22. A pesquisa realizada no caso em tela não obteve um preço parâmetro, apesar dos esforços do setor responsável. Assim, entende-se que deverá ser examinada a contratação em comento de forma global para verificar este pressuposto foi atendido, comprovando nos autos mediante outros meios idôneos o seu atendimento.

23. Nessa linha de reflexão, destaca-se a manutenção do valor anual reajustado do contrato na prorrogação (R\$ 316.745,00 - trezentos e dezesseis mil setecentos e quarenta e cinco reais), a declaração da unidade gestora constando o desempenho satisfatório do serviço contratado e a peculiaridade do sistema elétrico deste Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. A Cláusula Segunda – Vigência do Contrato n. 13/2017 ([0232649](#)) regula o instituto jurídico ora analisado, *ipsi litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura pelas partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, à conveniência da Administração, termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

25. Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, após analisada sua conveniência e oportunidade.

III – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

26. O Contrato n. 13/2017 ([0232649](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no § 1º do referido dispositivo legal, no valor de **R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, com prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

27. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

28. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 Plenário. (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 Plenário. (sem grifo no original)

29. Nessa linha, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste.

IV – DO MINUTA DO TERMO ADITIVO

30. Quanto à minuta do Segundo Termo Aditivo juntada aos autos ([0440511](#)), este instrumento encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

31. Contudo, a minuta em apreço **deverá alterar o valor constante na Subcláusula Segunda da Cláusula Segunda e do seu Anexo I – Histórico da Contratação, para R\$ 316.745,80** (trezentos e dezesseis mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), o qual corresponde ao valor original do contrato (R\$ 304.00,00) somado ao reajuste registrado na Apostila nº 1 (R\$ 12.745,80), conforme se verifica nos eventos [0232649](#) e [0391491](#).

32. Pois, segundo o comando inserto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, os acréscimos e supressão serão calculados com base no valor inicial atualizado do contrato. Significa dizer que os percentuais legais permitidos para esta alteração contratual incidirão sobre valor nominal do contrato somados aos eventuais reajustes, revisões ou repactuações.

33. Sobre esse tema, embora haja entendimento doutrinário em contrário, a Corte de Contas da União, ao examinar a verificação de percentual de alteração contratual quantitativa em contrato de prestação de serviço continuada, fixou o seguinte entendimento:

20. No caso sob exame, os acréscimos de valor se deveram a alterações quantitativas de objeto e não simplesmente a sucessivas prorrogações de serviços contínuos. **Assim, nos termos do art. 65 da Lei de Licitações, o cálculo do limite previsto nos §§ 1º e 2º do dispositivo, deve tomar como base o valor inicial atualizado do contrato, sem os acréscimos advindos das prorrogações.** (TCU, Acórdão nº 1.550/2009-Plenário. Rel. Min. Raimundo Carreiro. DJ 15.07.2009)

34. Depreende, portanto, que o valor que será utilizado para calcular o acréscimo ou supressão, previsto no dispositivo legal citado,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sempre será o valor original, reajustado ou revisado, independentemente da quantidade de prorrogações existentes.

35. Assim, após a correção indicada acima, a minuta do termo aditivo juntada aos autos, está apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

V – CONCLUSÃO

36. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria entende que a autoridade competente, observados os requisitos legais, poderá efetivar a prorrogação contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, **condicionada à demonstração da disponibilidade orçamentária (art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei n. 8.666/93) e de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.**

37. Quanto à minuta do Segundo Termo Aditivo juntada aos autos ([0440511](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666/93 esta Assessoria jurídica **APROVA** seus termos. Contudo, antes da sua assinatura **deverá ser corrigida de acordo com os itens 30 a 34 deste opinativo.**

38. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 05/08/2019, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 05/08/2019, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos




A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0441704** e o código CRC **8903C8AE**.

0004488-77.2016.6.22.8000

0441704v27

Criado por 014827562356, versão 27 por 004577222313 em 05/08/2019

17:47:57. 

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0004488-77.2016.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA. –
Prorrogação do Contrato n. 013/2017.

DECISÃO Nº 466 / 2019 - PRES/ASSPRES

Trata-se de pedido de prorrogação do **Contrato Administrativo n. 13/2017/TRE/RO (0232649)**, firmado com a empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 23.972.729/0001-25, tendo por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema elétrico de média tensão instalados nos prédios Edifício-sede, Anexo I e Anexo II do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, o qual se encontra em plena vigência, em razão da prorrogação anotada pelo Termo Aditivo nº 01 ([0346595](#)).

O interesse na prorrogação foi registrado nos autos através da Manifestação nº 1218/2019 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0439035](#)), em que a Seção de Manutenção Predial – SEMAP (unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gestora do contrato) noticia a proximidade do término da vigência do Contrato supramencionado.

Mediante e-mail (evento [0437168](#)) e formulário de resposta (evento [0439032](#)), a SEAP buscou demonstrar a viabilidade econômica da renovação em pesquisa ao mercado local, medida esta que restou fracassada. Todavia, demonstrou que a prorrogação mantém-se vantajosa, pelo fato dessa contratação possuir boa estimativa de preços e utilizar o IPCA como índice referencial. Além disso, o custo mensal da contratação está estimado em R\$ 26.395,48 (vinte e seis mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 633.491,60 (seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e noventa e um reais e sessenta centavos) para 24 meses. Conclui solicitando análise do reajuste em momento oportuno, haja vista que não há índice acumulado anual para o mês de agosto/2019.

A empresa contratada manifestou anuência com a prorrogação do contrato, conforme se verifica da CE – 017/2019 ([0437166](#)).

A SAOFC informa a existência de saldo orçamentário suficiente para custear a prorrogação pretendida (Informação n. 4632, evento [0440047](#)).

Após análise, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral emitiu Parecer Jurídico (evento [0441704](#)) em que opina pela prorrogação contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, condicionada à demonstração da disponibilidade orçamentária (art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei n. 8.666/93) e da regularidade fiscal e trabalhista da contratada. Ao final, aprova os termos da minuta elaborada pela SECONT, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, com a ressalva de alteração do valor constante na Subcláusula Segunda da Cláusula Segunda ([0441704](#)), conforme sugerido nos itens 30 a 34 daquele parecer.

Conforme se verifica no evento [0441898](#), a Seção de Contratos - SECONT elaborou nova minuta de Termo Aditivo, em atendimento ao item 37 do Parecer Jurídico da AJDG.

Tanto a SAOFC (evento [0443729](#)) quanto a Diretoria-Geral (Manifestação 1349, evento [0445341](#)) manifestaram-se favoráveis à **prorrogação do Contrato Administrativo n. 13/2017 ([0232649](#))**, por **mais 24 (vinte e quatro) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no **Inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93** e ainda **Cláusula Segunda do Contrato**; pela **atualização da garantia contratual, no valor de R\$ 31.674,58** (trinta e um mil seiscentos e setenta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e quatro reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do aditivo, observadas todas as condições e prazos inicialmente pactuados e ainda devendo a contratada ser notificada, com fulcro no [§2º do art. 56 da Lei 8.666/93](#); e **verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

Diante do exposto, decido:

I – DEFERIR a prorrogação do Contrato Administrativo n. 13/2017/TRE/RO (0232649), por mais 24 (vinte e quatro) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no [Inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Segunda do Contrato;

II – DETERMINAR a atualização da garantia contratual, no valor de R\$ 31.674,58 (trinta e um mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do aditivo, observadas todas as condições e prazos inicialmente pactuados e ainda devendo a contratada ser notificada, com fulcro no [§2º do art. 56 da Lei 8.666/93](#); e

III – DETERMINAR a verificação prévia à assinatura do termo aditivo das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À Diretoria-Geral e SAOFC, para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, agosto de 2019.

Desembargador Sansão Saldanha, Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 18/09/2019, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0447868** e o código CRC **BE0C0419**.

0004488-77.2016.6.22.8000

0447868v19

Criado por 010141172305, versão 19 por 010141172305 em 23/08/2019 11:15:02.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 13/2017, assinado em 25/09/2019. Contratada: TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ n. 23.972.729/0001-25. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 13/2017 por mais 24 (vinte e quatro) meses a partir de 21/10/2019, com prazo final em 20/10/2021. Fundamentação: Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Segunda do Contrato originário. Valor: R\$ 633.491,60. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.16, Nota de Empenho n. 2019NE000703 (reforço à Nota de Empenho nº 2019NE000017), de 19/09/2019. Ato de Autorização DECISÃO Nº 466/2019 - PRES/ASSPRES, de 18/09/2019. Signatários: pelo Contratante, o Senhor Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor PAULO TANAKA NETO. Processo SEI n. 0004488-77.2016.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/09/2019, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0459733** e o código CRC **76DA51FE**.

0004488-77.2016.6.22.8000

0459733v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 26/09/2019 08:57:48.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7089

Nº 188, sexta-feira, 27 de setembro de 2019

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DIRETORIA-GERAL AVISO DE PENALIDADE

A Diretoria-Geral do TRE/MG, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público que a empresa SMA IDEIA DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ: 07.708.872/0001-58, encontra-se impedida de licitar e contratar com a União, pelo período de 02 (dois) meses, por conduta irregular praticada no Pregão Eletrônico nº 23/2019, nos termos do Item 13 e subitem 13.2 do Pregão Eletrônico e do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, c/c art. 28 do Decreto nº 5.450/05. Os autos do PAD nº 1908933/2019 encontram-se com vistas franqueadas para fins de direito.

Belo Horizonte - MG, 26 de setembro de 2019.
ANA CAROLINA SILVA COSTA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Processo nº 0004190-05/2019. Contratada: CENAZ PRODUTOS DIGITAIS EIRELI, CNPJ nº 13.615.357/0001-26. Objeto: Empenho para cobrir despesas relativas a ARP nº 49/2019, que tem como objeto a gravação, desgravação de imagem, som e dados. Nota de Empenho: 2019NE001200, 25/09/2019, valor global R\$ 30.000,00. PTRES: 084538, ND 339039. Referência: com fulcro Ata de Registro de Preços nº 49/2019 - TRE/PA. Autorizado em: 25/09/2019 por OSMAR NELSON EUSEY FRIETA, Diretor Geral (0873474).

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio nº 88/2019 que entre si celebram a União por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, e o Município de Portel. Objeto: prestação de apoio operacional à 44ª Zona Eleitoral - Portel, objetivando o atendimento aos eleitores. Signatários: Des. Roberto Gonçalves de Moura, Presidente do TRE/PA, pela Conveniente; Sr. Manoel Oliveira dos Santos, Prefeito Municipal de Portel/PA, pelo Conveniado.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO Nº 11/2019

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 2568-58/2019, publicada no D.O.U de 24/07/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de coletores de dados com leitor RFID. Novo Edital: 27/09/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Avenida Princesa Isabel, 201 Tumbiá - JOAO PESSOA - PB/Entrega das Propostas: a partir de 27/09/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/10/2019, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDREZA ALVES GOMES
Pregoeira

(SIDEC - 26/09/2019) 070009-00001-2019NE000145

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2019

Nº PAD 11542/2017 - Originário do Contrato 149/2017. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: C E J CONSTRUÇÕES, ENGENHARIA E GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA. CNPJ da Contratada: 26.590.114/0001-12. Objeto: Projeção, sem acréscimo de valor, do contrato de construção de uma Usina Fotovoltaica em Paranavai/PR. Valor: SEM VALOR. Fundamento Legal: artigo 57, §1º da Lei 8.666/93. Vigência: 15/09/2019 a 14/09/2020. Data de Assinatura: 13/09/2019.

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2019

Nº PAD 7058/2019. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: BUFFALO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ da Contratada: 07.481.098/0001-95. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de engenharia para construção de escada metálica e demolição de alvenaria no mezanino da EJE (escola Judiciária Eleitoral). Valor: R\$ 19.140,00. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: 25/09/2019 a 24/12/2019. Data de Assinatura: 25/12/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019

Nº PAD 4301/2017 - Originário do Contrato 114/2017. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: EDEN PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - EIRELI - ME. CNPJ da Contratada: 04.959.902/0001-00. Objeto: Repactuação contratual referente à prestação de serviços de limpeza e conservação, incluindo fornecimento de materiais e equipamentos, para o Fórum Eleitoral de For do Iguaçu. Valor estimado de reembolso: R\$ 1.561,85. Valor: sem valor. Fundamento Legal: artigo 65, § 2º da Lei 8.666/93. Vigência: 17/09/2019 a 08/05/2020. Data de Assinatura: 17/09/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2019 - UASG 70019

Nº Processo: 7699/2019. Objeto: Registro de Preços para aquisição de ar condicionado. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 27/09/2019 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua João Parolin, 224 - Sala c 385, Prado Velho - Curitiba/PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70019-5-00046-2019. Entrega das Propostas: a partir de 27/09/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JULIAN VELLOSO PUGH
Pregoeiro

(SIASgnet - 25/09/2019) 70019-00001-2019NE000075

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2019 - UASG 70019

Nº Processo: 6982/2019. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de operação, manutenção preventiva e manutenção corretiva dos sistemas e equipamentos de ar condicionado, em Curitiba/PR. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 27/09/2019 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua João Parolin, 224 - Sala c 385, Prado Velho - Curitiba/PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70019-5-00048-2019. Entrega das Propostas: a partir de 27/09/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/10/2019 às 16h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JULIAN VELLOSO PUGH
Pregoeiro

(SIASgnet - 26/09/2019) 70019-00001-2019NE000075

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário: TRE-PE nº 2019NE0670, emitida em 23/09/2019. SEI nº 0026442-18.2019.6.17.8000. CONTRATADA: FAMAMÁ COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA. Valor: R\$ 7.859,70. OBJETO: Máquinas, utensílios e equipamentos diversos. FUNDAMENTO LEGAL: Ata de Registro de Preços nº 30/2019, vinculada Pregão eletrônico nº 03/19 deste TRE-PE. PTRES: 084609. Elemento de despesa: 4490.52.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo 0013510-68.2019.6.18.8000. OBJETO: Contratação de empresa para a realização teste de capacidade física para os agentes de segurança do TRE-PI. VALOR DA DESPESA: R\$ 5.940,00 (cinco mil, novecentos e quarenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programas de Trabalho nº 02.122.0570.20GP.0022; Elemento de Despesa nº 3.3.90.39. CONTRASEG TREINAMENTO EIRELI, CNPJ/MF: 14.455.986/0001-07. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93. RATIFICAÇÃO: em 23/09/2019, por Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho, Diretor - Geral do TRE/PI, autoridade delegada pela Portaria TRE/PI 114/2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

RETIFICAÇÃO

No Aviso de Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico nº 25/2019, publicado no DOU nº 187, de 26/09/2019, Seção 3, p. 146, onde se lê "13/09/2014", leia-se "13/09/2019".

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

1) Pregão Eletrônico nº 23/2019-TRE/RN. 2) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 4058/2019. 3) Objeto: Aquisição de material eletrônico, mediante Sistema de Registro de Preços. 4) Fornecedor registrado: 4.1) ARP nº 104/2019 - MARIA DE FÁTIMA DA SILVA NUNES (CNPJ: 02.151.940/0001-07); Item 7: Qt.: 60/P.Unit. R\$ 135,00; Item 9: Qt.: 41/P.Unit. R\$ 135,00; Item 14: Qt.: 47/P.Unit. R\$ 350,00; Item 24: Qt.: 125/P.Unit. R\$ 3,50; Item 27: Qt.: 100/P.Unit. R\$ 2,50; 4.2) ARP nº 105/2019 - EBI ELETRONICOS EIRELI (CNPJ: 07.511.067/0001-30); Item 4: Qt.: 230/P.Unit. R\$ 9,74; Item 38: Qt.: 620/P.Unit. R\$ 2,19; Item 39: Qt.: 600/P.Unit. R\$ 2,52; 4.3) ARP nº 106/2019 - WZ UNIAO AUTOMACAO E ELETRICA EIRELI (CNPJ: 08.772.301/0001-45); Item 41: Qt.: 180/P.Unit. R\$ 5,58; 4.4) ARP nº 108/2019 - EZ TECHS IMPORTADORA, EXPORTADORA E REPRESENTAÇÕES EIRELI (CNPJ: 09.473.928/0001-68); Item 30: Qt.: 1300/P.Unit. R\$ 5,40; Item 31: Qt.: 1200/P.Unit. R\$ 5,39; Item 35: Qt.: 300/P.Unit. R\$ 24,83; Item 36: Qt.: 900/P.Unit. R\$ 30,48; 4.5) ARP nº 108/2019 - ISOLUX COMERCIAL LTDA (CNPJ: 10.229.307/0001-12); Item 44: Qt.: 600/P.Unit. R\$ 15,98; 4.6) ARP nº 109/2019 - SOLARIS TELEINFORMATICA LTDA (CNPJ: 11.099.588/0001-07); Item 45: Qt.: 200/P.Unit. R\$ 49,45; 4.7) ARP nº 110/2019 - LEDLUXE INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (CNPJ: 11.178.569/0001-68); Item 33: Qt.: 380/P.Unit. R\$ 5,48; 4.8) ARP nº 111/2019 - PERGON DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ: 19.894.881/0001-60); Item 42: Qt.: 60/P.Unit. R\$ 56,00; 4.9) ARP nº 112/2019 - RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA (CNPJ: 20.784.313/0001-95); Item 22: Qt.: 1090/P.Unit. R\$ 13,77; Item 46: Qt.: 1250/P.Unit. R\$ 2,45; 4.10) ARP nº 113/2019 - MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA (CNPJ: 24.515.322/0001-28); Item 48: Qt.: 150/P.Unit. R\$ 7,70; 4.11) ARP nº 114/2019 - VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI (CNPJ: 26.507.653/0001-55); Item 2: Qt.: 200/P.Unit. R\$ 3,21; Item 3: Qt.: 260/P.Unit. R\$ 3,55; Item 20: Qt.: 110/P.Unit. R\$ 23,72; Item 32: Qt.: 200/P.Unit. R\$ 87,69; Item 40: Qt.: 180/P.Unit. R\$ 2,43; Item 43: Qt.: 450/P.Unit. R\$ 14,90; 4.12) ARP nº 115/2019 - LICITE BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 27.184.259/0001-96); Item 37: Qt.: 120/P.Unit. R\$ 67,56; 4.13) ARP nº 116/2019 - PRM COMERCIO DE ACO E FERRAMENTAS EIRELI (CNPJ: 29.805.880/0001-55); Item 1: Qt.: 250/P.Unit. R\$ 2,65; 4.14) ARP nº 117/2019 - RICARDO ANTONIO DA ROCHA HECK MARIANO E ELETRICOS (CNPJ: 30.807.784/0001-25); Item 5: Qt.: 55/P.Unit. R\$ 137,38; Item 6: Qt.: 49/P.Unit. R\$ 137,38; Item 8: Qt.: 67/P.Unit. R\$ 137,38; Item 10: Qt.: 40/P.Unit. R\$ 349,94; Item 11: Qt.: 54/P.Unit. R\$ 349,94; Item 13: Qt.: 69/P.Unit. R\$ 81,93; 4.15) ARP nº 118/2019 - CLAYTON REIS DO REGO 04634740400 (CNPJ: 31.742.923/0001-42); Item 26: Qt.: 70/P.Unit. R\$ 4,30; Item 47: Qt.: 80/P.Unit. R\$ 6,00; Item 49: Qt.: 180/P.Unit. R\$ 3,60; 4.16) ARP nº 119/2019 - GOLED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (CNPJ: 32.617.419/0001-43); Item 23: Qt.: 90/P.Unit. R\$ 18,00; Item 25: Qt.: 185/P.Unit. R\$ 12,30. Atas de Registro de Preços acima citadas e respectivas especificações estão disponíveis no site www.tre-rn.jus.br.

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 15/2019-TRE/RN. 2) Contratado: TETEX TECNOLOGIA S/A (CNPJ: 73.442.360/0001-17); 3) Objeto: Aquisição e instalação de videomonitoramento para o TER/RN (02 unidades do item 16 - Switch gerenciável PoE 24 portas e 22 unidades do item 31 - Patch Panel 24 portas Cat 5e) do Pregão Eletrônico nº 97/2018-UFIRM - ARP; 4) Amparo: Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 4.485/2002; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 8452/2019 - TRE/RN; 6) Vigência: 36 meses, a contar de sua assinatura; 7) Cobertura Orçamentária: Nota de Empenho nº 2019NE248; 8) Valor: R\$ 6.858,98; 9) Data de Assinatura: 19/09/2019; 10) Signatários: pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pelo Contratado, Vaimor Fernandes Rosa Filho.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL

ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 69.935/18. CONTRATO Nº 65/19. OBJETO: Aquisição de mobiliário de laminado melamínico. CONTRATADA: Office Max Indústria e Comércio de Móveis Eireli. CNPJ: 09.258.263/0001-70. FUND. LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Lei nº 8.666/1993, com redação da Lei nº 8.893/94. VALOR TOTAL: R\$ 1.587,00, conforme NE 1130/19. VIGÊNCIA: de 26/09/19 até o recebimento definitivo do objeto. Elemento de despesa: 4490.52. Programa: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO 13/2017, de 25/09/19. Contratada: TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ 23.972.729/0001-25. Objeto: Prorrogar prazo de vigência Contrato 13/2017 por mais 24 meses. Valor: 633.491,60. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.16. Empenho: 7053, de 19/09/19. Autorização: DESPESA 466/19-ASSP/RES, de 18/09/19. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e Senhor PAULO TANAKA NETO, pela empresa. Processo 0004488-77.2016.6.22.8000.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/sistema/verificacao.html>, pelo código 05302015092700137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

